



Estudo sobre as Necessidades de Conhecimento Tecnológico em Comunidades Pesqueiras do Município de Estância e Cidades Circunvizinhas

Patrícia Lima Santos¹, Amanda Santos Gomes Costa²

¹Mestre em Ciência da Computação pela UFPE. e-mail: patricia.santos@ifs.edu.br

²Aluna do Curso Técnico em Edificações do IFS. e-mail: amandasgc@hotmail.com

Resumo: Para que um cidadão possa se tornar, nos dias atuais, uma pessoa crítica e empreendedora é preciso que ele tenha acesso não somente a educação, mas, também, as tecnologias da informação e comunicação (o computador, principalmente). Pois, essas tecnologias proporcionam o acesso à educação, através de programas de educação à distância; troca de informações, através da Internet; e a geração de conhecimento em comunidades virtuais. Mas, para que um cidadão possa realizar todas essas atividades, é necessário que o mesmo saiba interagir com a tecnologia mais popular e difundida nos dias atuais, o computador. Assim sendo, este projeto tem como objetivo geral identificar nas comunidades pesqueiras do município de Estância e cidades circunvizinhas as necessidades para o acesso à inclusão digital e social. Neste sentido será utilizado o tipo de pesquisa denominado pesquisa de campo que constará de visitas à comunidade a ser assistida, agendamento de reuniões na associação de pescadores e outras entidades e aplicação de questionário de perguntas fechadas com os moradores da localidade. Após a aplicação do questionário, os dados coletados serão tabulados e analisados para proposição do projeto de extensão a estas comunidades. Assim sendo, espera-se a promoção da inclusão digital e social de forma multidisciplinar nas comunidades carentes. Contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda familiar e da educação digital nas populações pesqueiras local.

Palavras-chave: conhecimento tecnológico, inclusão digital, inclusão social

1. INTRODUÇÃO

A sociedade da informação, denominação dada à sociedade contemporânea, visa descrever novas configurações socioculturais que foram impulsionadas pelo avanço tecnológico, iniciado na década de 1970 e consolidado na década de 1990.

Essa configuração de sociedade trouxe a necessidade política, social e cultural de inclusão digital da população mundial, em especial as comunidades mais carentes, e essa inclusão não compreende apenas o acesso às tecnologias da informação, mas sim em estar preparado para utilização da mesma no cotidiano. Tornando-a uma ferramenta indispensável, para o desenvolvimento e crescimento de uma comunidade.

Assim sendo, a escolha deste tema tem razões significativas pessoais, profissional e social e surgiu da visita realizada a comunidade pesqueira do povoado Crasto do município de Santa Luzia, Estado de Sergipe. Nesta visita, pode-se perceber amplitude das necessidades existentes, entre elas destacam-se: precariedade nas habitações, ausência de serviço de saúde, entre outras. No entanto, percebeu-se o interesse do presidente da associação em contribuir para melhoria da qualidade de vida desta comunidade. Assim sendo, foi discutido com o gerente de ensino a proposta de uma pesquisa como ponto de partida para um projeto de extensão para esta comunidade.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo identificar nas comunidades pesqueiras do município de Estância e cidades circunvizinhas as necessidades para o acesso à inclusão digital e social, partindo do seguinte problema, que conhecimentos esta comunidade necessita para terem acesso à inclusão digital e social?

Na tentativa de encontrar respostas foram elaboradas as seguintes hipóteses: esta comunidade não tem acesso e nem interesse pela inclusão digital; esta comunidade necessita de inclusão digital e ações sociais; esta comunidade já é assistida por ações sociais e tecnológicas.



Diante do exposto, esta pesquisa oportunizará a esta comunidade o acesso aos meios tecnológicos e a ações sociais, visando assim o aumento da auto-estima, a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, a redução da exclusão social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Inclusão Digital tem sido uma expressão muito utilizada nos últimos tempos. Sua importância passou a ser percebida pelos órgãos governamentais, iniciativa privada e organizações da Sociedade Civil. Mas a Inclusão Digital passou a ser conhecida nos quatro cantos do país graças a uma iniciativa, fruto de uma idéia que passou a se difundir e ganhar notoriedade, que se concretizou a constituição do Comitê para Democratização da Informática (CDI), criada em 1995 por Rodrigo Baggio, uma Organização Não Governamental (ONG), que tem como objetivo promover a Inclusão Digital em comunidades carentes, utilizando-se das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como instrumento para a construção e o exercício da cidadania.

A Inclusão Digital é uma ação positiva e tem, nesse contexto, um papel importante a desempenhar visto que cada vez mais o conhecimento é considerado riqueza e poder. É bom lembrar que inclusão digital não se restringe apenas ao acesso às tecnologias e seu respectivo uso, mas sim à capacitação para a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), fazendo concomitantemente com que o indivíduo possa decidir como e para que utilizá-la. Sem falar que o domínio da informática hoje vira peça fundamental no mundo do trabalho, mesmo nos cargos mais simples. Sendo, portanto, um meio para promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações.

Segundo Oliveira (2007) a vida digital é algo que oferece muitos motivos para otimismo. Ela dispõe de características muito poderosas, as quais determinarão o seu triunfo.

Essas tecnologias proporcionam ao cidadão acesso à educação, através de diversos programas e a geração de conhecimento em comunidades virtuais. Mas, para que um cidadão possa realizar essas atividades, é necessário que o mesmo saiba interagir com o computador. Mas o que seria cidadania na sociedade da informação? Para Demo (1997, p. 17), trata-se do:

[...] processo histórico de conquistas populares, através das quais a sociedade adquire, progressivamente, condição de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização.

Da definição de Demo depreende-se o seguinte: a base prática do conceito de cidadania apóia-se nas ações organizadas por grupos sociais, enquanto a base teórica sustenta-se na crença da igualdade entre todos os homens perante a lei, e o reconhecimento de que a pessoa e a sociedade são detentoras de direitos e de deveres inalienáveis.

Fazendo a relação entre a inclusão digital e o analfabetismo, chegamos à conclusão de que na realidade existem duas espécies principais de exclusão digital que devem ser analisadas. A exclusão das pessoas alfabetizadas e a exclusão dos analfabetos.

Procuramos destacar essas duas espécies de indivíduos, justamente por haver um tratamento diferenciado no que toca a inclusão digital. Vejamos: Para pessoas que sabem ler e escrever, sem sombra de dúvida será mais viável e atrativo o uso, interesse e incentivo ao computador. Tratando das pessoas analfabetas, a passagem pelo processo educacional tradicional é condição essencial para vislumbrarmos sua inclusão futura no mundo digital.

Para Miranda e Mendonça (2006), a exclusão digital é um fenômeno complexo e multifacetado. O incentivo somente ao desenvolvimento tecnológico não é suficiente para superá-la. Para viver e produzir na sociedade altamente urbanizada e informatizada do século XXI, além de um perfeito domínio da leitura e da escrita, há que se ter a capacidade de utilizar as novas tecnologias.

A inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social, um dos grandes objetivos compartilhados por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas.



A fundamentação teórica demonstrou que existe uma vasta literatura relacionada ao tema Inclusão Digital. Embora o conceito de “inclusão digital” apresente divergências, fica claro que o processo deve necessariamente conduzir para a utilização crítica das informações relevantes em cada contexto.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A operacionalização do projeto de pesquisa denominado PROINDS – Projeto de Inclusão Digital e Social foi referendado como um estudo de caso, pois estuda um fenômeno dentro de um contexto real utilizando o método quantitativo. “Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc” Richardson et all. (1999, p.70). A relevância do universo da pesquisa foi centrada nas fontes informativas, privilegiando as comunidades pesqueiras de Estância e Indiaroba. Assim sendo, para selecionar os sujeitos da pesquisa foi convocada uma reunião na associação de pescadores da cidade de Estância onde 73 pescadores aceitaram participar do estudo e em Indiaroba 43 pescadores.

A definição da técnica da pesquisa é de grande relevância para o bom desempenho na coleta das informações desejadas. Assim sendo, foi elaborado um questionário com 14 questões para obter informações relacionadas aos dados pessoais, inclusão digital, inclusão social e outros. Este foi aplicado, primeiramente, na associação de pescadores de Indiaroba e posteriormente, foi aplicado na associação de pescadores de Estância.

Após a aplicação dos questionários em Indiaroba e Estância, os dados coletados foram tabulados e analisados, visando perceber interesses da maioria dos pescadores em participar dos cursos de informática básica e das palestras de cunho social e educativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados foi realizada de maneira quantitativa e qualitativa. Assim sendo, para realização desta pesquisa foram selecionados 116 sujeitos, sendo 73 pescadores da cidade de Estância e 43 pescadores da cidade de Indiaroba.

Tabela 1 Informações sobre os sujeitos da pesquisa

Sujeitos da Pesquisa		Faixa Etária		Renda apenas da Pesca		Escolaridade	
Qtde	Sujeitos	Qtde	Faixa	Qtde	Renda	Qtde	Quem
73	Pescadores de Estância	8	18 a 30 anos	48	Sim	12	Não alfabetizado
		31	31 a 45 anos			54	Ensino Fundamental
		32	> 45 anos	25	Não	7	Ensino Médio
		2	Não Informou			-	Ensino Superior
43	Pescadores de Indiaroba	15	18 a 30 anos	13	Sim	3	Não alfabetizado
		10	31 a 45 anos			19	Ensino Fundamental
		4	> 45 anos	29	Não	21	Ensino Médio
		14	Não informou			-	Ensino Superior

Com relação aos dados pessoais requeridos no questionário aplicado na cidade de Estância, dos 73 pescadores participantes da pesquisa, 8 estão na faixa etária de 18 a 30 anos e os demais acima de

31 anos, 48 vivem apenas da pesca e 25 realizam outras atividades para complementar a renda familiar, e, 66 não são alfabetizados ou possuem apenas o ensino fundamental, que demonstra um baixo nível de escolaridade entre os entrevistados. Enquanto que dos 43 participantes da pesquisa em Indiaroba, 15 estão na faixa etária de 18 a 30 anos e os demais acima de 31 anos, 13 vivem apenas da pesca e 29 realizam outras atividades para complementar a renda familiar, e, 3 não são alfabetizados e 40 possuem ensino fundamental ou médio, que demonstra um nível de escolaridade maior em relação aos entrevistados de Estância, como pode ser observado na Tabela 1.

Em relação às questões referentes ao uso das tecnologias, percebeu-se que quase a totalidade dos entrevistados de Estância e Indiaroba possuem televisão, celular, aparelho de som em casa e fazem uso de cartão bancário. É o que se pode verificar em algumas verbalizações dos pesquisados.

Tenho celular, mas não sei mexer. (Pesquisado01)

Tenho cartão do banco. Quem tira o dinheiro é meu filho. (Pesquisado02)

Por aqui a televisão só pega com parabólica. (Pesquisado03)

Desta forma, percebe-se que os pesquisados já fazem uso de alguns recursos tecnológicos, como pode ser observado também na Figura 1.

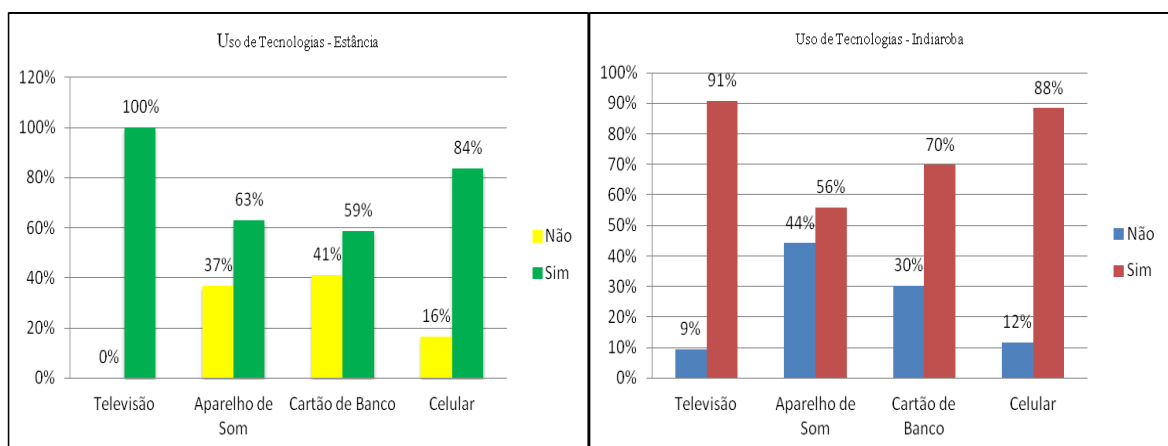


Figura 1 uso de tecnologias nas comunidades pesqueiras de Estância e de Indiaroba

Quando perguntado sobre o interesse em participar dos cursos oferecidos pelos IFS foi constatado que quase 100% dos pesquisados demonstraram interesse em participar do curso de informática básica, seja para ele ou para seus filhos. Vale frisar que não foi limitada a faixa etária para os cursos. Neste sentido, segue algumas verbalizações representativas.

É bom, porque a pesca tá ruim, e aí dá outras opções de trabalhar. (Pesquisado04)

Não quero pra mim, mas quero para o meu filho. (Pesquisado05)

Tenho computador, mas só quem usa é meu filho. Eu não sei usar. (Pesquisado06)

Eu nunca mexi no computador, era bom fazer o curso. (Pesquisado07)

Como se pode constatar, é demonstrado um interesse pessoal e para os filhos. Entretanto, quando perguntado se tinha computador em casa, mais de 88% afirmaram que não possuem e não sabem utilizar o computador. Como pode ser observado na Figura 2.

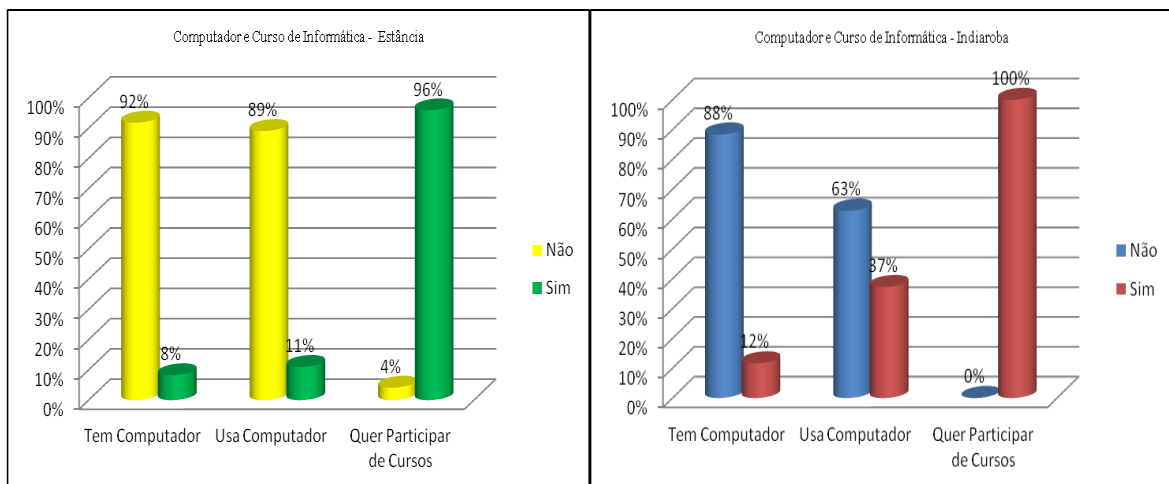


Figura 2 existência e uso de computador nas residências e interesse por cursos pelas comunidades pesqueiras de Estância e de Indiaroba

Com relação ao interesse da comunidade em palestras educativas, percebe-se que existe uma grande quantidade de pessoas interessadas nas temáticas: saúde, educação, meio ambiente, pesca e problemas sociais. Como se pode verificar nas verbalizações de alguns pesquisados.

Sugestão de palestras com os jovens sobre o que o álcool e o que as drogas causam no corpo. (Pesquisado08)

Queremos que melhore a situação dos jovens com o álcool e queremos também que eles pensem que as drogas destroem a vida deles e dos pais. (Pesquisado09)

Falta de investimento na saúde dos jovens. Criar um programa para acolher os menores que usam drogas. Aqui em nossa cidade as drogas estão atingindo os jovens e tenho medo que chegue até meus filhos. (Pesquisado10)

Falta de organização e cooperativa, problemas para a natureza. (Pesquisado11)

Como pode ser observado na Figura 3. Vale frisar que entre os problemas sociais elencados, o alcoolismo e as drogas foram os mais citados.

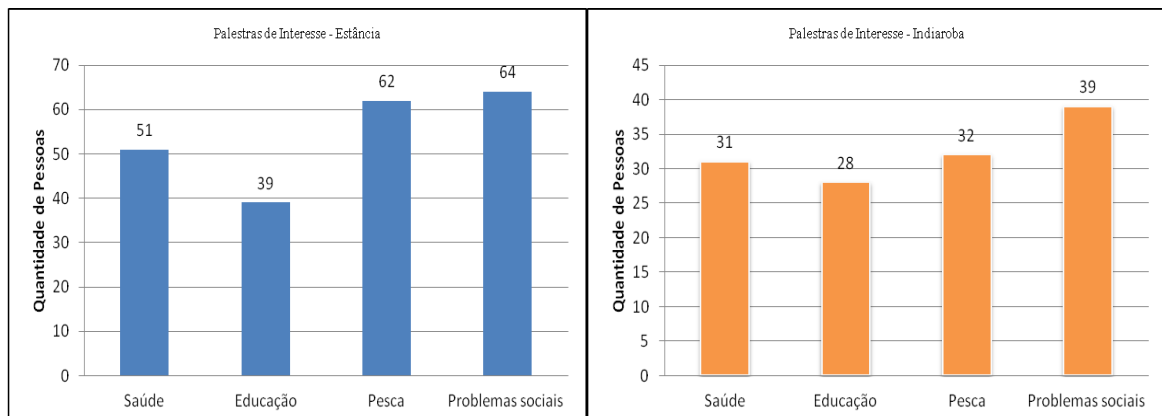


Figura 3 interesse por palestras de cunho social nas comunidades pesqueiras de Estância e de Indiaroba

Diante da confirmação do número expressivo de interessados em participar do curso de informática básica e das palestras educativas, conclui-se a relevância e a aplicabilidade do projeto de extensão para estas comunidades, como sendo um ganho real de conhecimento e acesso a outras tecnologias.



5. CONCLUSÕES

Conclui-se que, nos dias atuais, é preciso que ele tenha acesso não somente a educação, mas, também, as tecnologias da informação e comunicação. Pois, essas tecnologias proporcionam, entre outras ferramentas, programas de educação à distância; troca de informações e geração de conhecimentos através da Internet; acesso as redes sociais; entre outras. Mas, para que um cidadão possa realizar todas essas atividades, é necessário que o mesmo saiba interagir com a tecnologia mais popular e difundida nos dias atuais, o computador.

Diante do exposto, propõe-se um projeto de extensão, cujo objetivo se configura em realizar curso de informática básica e palestras sociais e educativas para as comunidades pesqueiras do município de Estância, oportunizando aos pescadores locais e demais interessados o contato direto com meios tecnológicos, o acesso a conhecimentos úteis de saúde, educação, preservação do meio ambiente e do ramo pesqueiro.

Assim sendo, espera-se a promoção da inclusão digital e social de forma multidisciplinar nas comunidades carentes. Contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda familiar e da educação digital nas populações pesqueiras local.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Luiza Beth Nunes. FERNEDA, Edilson. SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão Digital e Inclusão Social: contribuições teóricas e metodológicas. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1289/1092>. Acesso em: 03 de set. 2012.
- BARROS, Larissa. **Responsabilidade social**. Gazeta Mercantil. São Paulo, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e terra, 2005.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- MIRANDA, A. MENDONÇA, A. V. Informação e desenvolvimento numa sociedade digital. **Revista Inclusão Social**. Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 53-57, abr./set. 2006.
- MIRANDA, A. SIMEÃO, E. (Orgs.) **Alfabetização digital e o acesso ao conhecimento**. Brasília: UnB/CID, 2006.
- MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica** / José Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- MORO, Eliane Lourdes da Silva. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 67-81, jan./jun. 2011.
- OLIVEIRA, Natália Leite. **O caminho para a inclusão social: a revolução tecnológica e a construção da cidadania**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2007.
- RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade**. 3. ed., atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2001.